



**CAMPUS III- GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

ROSILENE DOS SANTOS

LINHA DE PESQUISA:

Transformações econômicas e processos de urbanização

**UMA ANÁLISE DA OFERTA DE INFRAESTRUTURA E
SERVIÇOS PÚBLICOS DO LOTEAMENTO CIDADE VERDE/
JOÃO PESSOA-PB**

ORIENTADORA: PROF^a ESP. RAQUEL SOARES DE FARIAS

Guarabira/PB

2012

ROSILENE DOS SANTOS

**UMA ANÁLISE DA OFERTA DE INFRAESTRUTURA E
SERVIÇOS PÚBLICOS DO LOTEAMENTO CIDADE VERDE/
JOÃO PESSOA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Geografia, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de licenciado em geografia, sob Orientação da Prof^a. Esp. Raquel Soares de Farias.

GUARABIRA-PB

2012

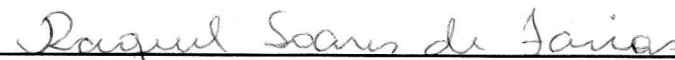
FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

S237a	Santos, Rosilene dos
	Uma análise da oferta de infraestrutura e serviços públicos do loteamento Cidade Verde – João Pessoa – PB / Rosilene dos Santos. – Guarabira: UEPB, 2012.
	31f.:il.;Color.
	Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba.
	Orientação Prof. Esp. Raquel Soares de Farias.
	1. Loteamento 2. Infraestrutura 3. Serviços Públicos I. Título
	22.ed. CDD 307.76

ROSILENE DOS SANTOS

**UMA ANÁLISE DA OFERTA DE INFRAESTRUTURA E
SERVIÇOS PÚBLICOS DO LOTEAMENTO CIDADE VERDE/
JOÃO PESSOA-PB**

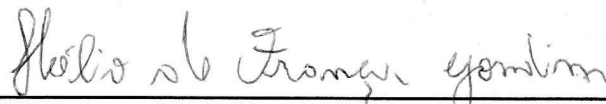
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Esp. Raquel Soares de Farias.
Departamento de Geografia / Universidade Estadual da Paraíba



Prof.^a Dr.^a Luciene Vieira de Arruda.
Departamento de Geografia/Universidade Estadual da Paraíba



Prof. Ms. Hélio de Franca Gondim
Departamento de Geografia/Universidade Estadual da Paraíba

Aprovada em 29 / 11 / 2012.

Guarabira – PB

2012

É com muito carinho e emoção que dedico essa vitória primeiramente a Deus, em segundo ao meu querido e inesquecível PAI Antonio Belarmino dos Santos (inmemória) por tudo que representou em minha vida. A minha humilde e amada mãe Maria Joana da Conceição Santos e as minhas irmãs Rosangela, Rosicleide e Roseane pela grande contribuição ao longo dessa caminhada, por todo o esforço e confiança depositado. Essas pessoas são verdadeiramente dignas dessas e outras vitórias que virão, pois se não fosse o carinho e o companheirismo delas não teria chegado até aqui. Dedico tudo que sei e o que sou a vocês, por terem sido exemplos de força, perseverança e fé.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelas bênçãos e proteção em todos os momentos, e por permitir a conclusão desse trabalho. Em seguida dedico meus sinceros agradecimentos aos meus pais que me incentivaram e me concederam a oportunidade de estudar, as minhas irmãs, Rosangela, Rosicleide e Roseane, e ao meu tio José Amaro, por seu apoio incondicional.

À Professora Raquel Soares de Farias que acreditou e apostou nesta pesquisa e com sua extrema competência e paciência me orientou, com sugestões valiosas. Aos professores Luciene Vieira de Arruda e Hélio de França Gondim, por estarem compondo a banca e pela atenção dada ao meu trabalho. Aos professores do Departamento de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, pelas disciplinas oferecidas que foram cruciais para a minha formação.

Aos meus amigos da turma 2009.1. Sempre unidos, visando o sucesso de todos, em especial a Nadja, Edmara, Marcilia, Rubenia, Luzinete, Thamires, Tiene, Juliene, Geraldo e Wlises, que nestes 4 anos tornaram se companheiros das horas mais difíceis ultrapassando os limites da universidade. As amigas Renata Andrade e Raquel Leandro, um profundo sentimento de gratidão por terem acreditado em mim, e estado comigo nesta jornada e pela constante disponibilidade.

Um agradecimento especial à dona pretinha e a seu pina os meus pais adotivos em Guarabira, por me acolherem em sua casa e me oferecerem atenção e apoio familiar, durante o período que precisei, serei eternamente grata por terem me adotado como uma filha.

Aos órgãos que, gentilmente, cederam informações importantes para a conclusão da pesquisa como o IBGE, Prefeitura Municipal de João Pessoa, Secretaria de Planejamento Urbano de João Pessoa.

Aos moradores do loteamento Cidade Verde, pelas informações passadas, sendo de grande valia para a realização deste trabalho. Por fim a todos aqueles que, por ventura, não tiveram seus nomes aqui citados, mas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho;

A todos meu muito obrigada.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1- Mapa de zoneamento da cidade de João Pessoa _____	23
MAPA 2- Mapa de zoneamento do loteamento Cidade Verde _____	24

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Unidade de saúde do loteamento Cidade Verde _____	26
FIGURA 2- Esgoto doméstico correndo a céu aberto na Rua Cidade de Mari, localizada no loteamento cidade verde _____	26
FIGURA 3- Vista parcial de um terreno baldio no loteamento Cidade Verde _____	27
FIGURA 4- Vista parcial da Avenida Cajazeiras, loteamento Cidade Verde _____	28
FIGURA 5- Vista parcial da rua Cidade de Areia, loteamento Cidade Verde _____	28

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1 Contexto histórico da urbanização brasileira.....	11
2.2 A urbanização no Nordeste brasileiro	12
2.3 A crise habitacional brasileira.....	15
2.4 A periferia como fruto da proliferação de loteamentos	16
2.5 Os produtores do espaço urbano	19
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
4 RESULTADOS E DISCURSÕES.....	22
4.1 Caracterização do loteamento Cidade Verde	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
6. REFERÊNCIAS.....	30
APÊNDICE	

O43- GEOGRAFIA

TÍTULO: Uma análise da oferta de infraestrutura e serviços públicos do loteamento Cidade Verde/ João Pessoa - PB.

LINHA DE PESQUISA: Transformações Econômicas e Processo de Urbanização

AUTOR: Rosilene dos Santos

ORIENTADOR (a): Prof^a. Esp. Raquel Soares de Farias/ UEPB/CH

EXAMINADORES: Prof.^a Dr.^a Luciene Vieira de Arruda/ UEPB/CH

Prof. Ms. Hélio de França Gondim / UEPB/CH

RESUMO

Nos últimos anos a cidade de João Pessoa tem apresentado um crescimento contínuo e acelerado de loteamentos, o que claramente resultou no aumento da área urbana. Esse processo vem sendo disseminado e impulsionado pelos promotores imobiliários, como também pela ação do Estado. O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de urbanização do Loteamento Cidade Verde, localizado no bairro de Mumbaba em João Pessoa/PB, bem como identificar a oferta de infraestrutura e serviços públicos no referido loteamento. Procuramos compreender os motivos e as razões pelas quais ainda tem sido prática do poder público local, permitir a entrega de lotes em áreas totalmente desprovidas de infraestrutura e serviços públicos. Para isso recorremos a uma pesquisa bibliográfica, como também aos fundamentos qualitativos e quantitativos, ou seja, a observação e a descrição da área de estudo. A partir daí constatou-se que o processo de criação e desenvolvimento do loteamento observado acontece desacompanhado de um planejamento urbano eficiente e adequado. Notamos que a ausência de infraestrutura e serviços públicos é uma potencial ameaça á qualidade de vida da população local, preservação da saúde e proteção do meio ambiente, diante disso, a implantação de novos loteamentos, não deve ser tratada como uma simples produção de unidades residenciais, mas, sim de uma série de aspectos que dão condições e tornem a nova moradia habitável.

PALAVRAS-CHAVE: Loteamentos. Infraestrutura. Serviços públicos.

1 INTRODUÇÃO

A urbanização teve início com a Revolução Industrial no século XVIII, tendo como palco o continente Europeu. O desenvolvimento do comércio e da indústria aumentou a concentração urbana, devido à migração rural para as cidades em busca de melhores condições de vida (SILVA, 1997).

Nos países subdesenvolvidos a ocupação do solo urbano ocorreu por meio de um planejamento perverso por parte do Estado, que teve o intuito de realizar uma segregação. O Censo demográfico 2010, realizado pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que 160.925.792 brasileiros vivem em áreas urbanas, isso representa 84,4% da população brasileira. Enquanto que a população rural é de apenas 29.852.986, ou seja, 15,6% da população. A taxa de urbanização brasileira registrada em 2010 assemelha-se a dos países desenvolvidos, como Estados Unidos e Canadá, no entanto, seus ritmos e suas dinâmicas são diferentes.

Os países desenvolvidos se urbanizaram ao longo de várias décadas, enquanto que o Brasil só passou a ser essencialmente urbano recentemente. Além disso, no mundo desenvolvido geralmente a indústria apresenta-se descentralizada, já no Brasil, até recentemente, a industrialização esteve concentrada no sudeste, de onde mais tarde difundiu-se para outras regiões.

O lote de terra urbano tornou-se uma mercadoria cara. Com a especulação imobiliária, grandes construtoras passaram a explorar o solo urbano, comprando terras, às vezes com financiamentos privilegiados para vendê-las por um preço mais alto. Esse processo resulta tanto no aumento do tecido urbano, quanto na periferização das cidades brasileiras.

Na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, a arquitetura moderna contrasta com a ocupação desordenada do solo, ocasionando uma segregação espacial, que por sua vez, é provocada pela segregação econômica, fruto do sistema capitalista que aumenta as diferenças sociais (SOARES, 2009).

As pessoas das classes sociais menos favorecidas, que não podem comprar um terreno nas áreas mais nobres da cidade, ocupam áreas menos valorizadas que não contam com serviços e equipamentos urbanos suficientes para a demanda, oferecendo assim uma péssima qualidade de vida para seus habitantes, tornando árdua sua luta pela sobrevivência.

Segundo Soares et. all (2009) nos últimos anos, o número de habitantes da cidade de João Pessoa, que vivem em locais com poucas condições de infraestrutura, e baixos padrões de qualidade de vida, cresceu de modo significativo. Tendo em vista tal afirmação o objetivo geral do presente trabalho foi analisar o processo de urbanização do Loteamento Cidade Verde bem como identificar a oferta de infraestrutura e serviços públicos no referido loteamento.

A escolha do loteamento Cidade Verde, se deu devido ao crescimento populacional da comunidade como também a sua localização e, aos diversos problemas urbanos existentes na localidade, entre eles, a deficiência do sistema de esgoto, a carência no transporte, segurança, saúde, lazer, entre outros problemas sociais que fazem parte da realidade do cotidiano dos moradores da comunidade.

Os problemas relacionados ao processo de produção de loteamentos aproximam o estudo de caso em questão refletindo um modelo que se repete em diversas cidades brasileiras. Portanto, o presente trabalho está dividido em três partes, primeiro estudamos a urbanização brasileira no seu contexto histórico, impulsionada pela força da produção industrial. Tratamos das transformações ocorridas na sociedade e o impacto desse processo no acesso à habitação.

Na segunda analisamos as estratégias e as ações que os produtores do espaço desempenham no processo de urbanização. Dando especial destaque ao papel do Estado, dos promotores imobiliários e aos grupos sociais excluídos. Procuramos enfatizar o crescimento acelerado de loteamentos que acarretou no intenso processo de periferização das cidades brasileiras, sobretudo João Pessoa.

Na terceira parte apresentamos os resultados do estudo de caso envolvendo o loteamento Cidade verde. Tratamos da questão do processo de desenvolvimento urbano do loteamento, e as temporalidades no processo de oferta de infraestrutura e serviços públicos no local.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A seguir serão abordados os fundamentos para o conhecimento do processo de urbanização brasileira, como também a influência do mesmo na questão habitacional, tendo como consequência a segregação sócio-espacial mediante a criação de loteamentos que geram a periferização dos núcleos urbanos.

2.1 Contexto histórico da urbanização brasileira

A primeira Revolução Industrial no século XVIII trouxe consigo um intenso processo de urbanização, como também a ideologia do desenvolvimento e do progresso, uma das bases que influenciaram as propostas de transformação das cidades em esfera mundial. Tais ocorrências foram notadas com maior impacto no Brasil a partir da década de 1940, neste período o setor industrial progrediu, verificou-se um intenso deslocamento da população rural em direção as cidades, principalmente as cidades do Sudeste, onde estava concentrado o setor industrial. Nesse contexto o autor Corrêa (1995, p.353) ressalta:

A implantação das multinacionais no Sudeste revelou, mais uma vez, seu caráter territorialmente concentrado dentro do Brasil. É válido afirmar que as multinacionais não são as únicas causadoras dos nossos desequilíbrios regionais. A ação realizada pelas oligarquias no Brasil antes do período de entrada das multinacionais foi sempre orientada para a maximização do lucro por processos predatórios, tanto sobre os recursos naturais como sobre os recursos humanos.

A urbanização brasileira está estreitamente ligada à industrialização, a chegada das fábricas alteraram tanto a estrutura morfológica das cidades quanto o cotidiano dos moradores, no entanto, vale ressaltar também as expressivas transformações no espaço agrário brasileiro em decorrência das inovações tecnológicas, das alterações de produção e de trabalho, que geraram mudanças no quadro urbano brasileiro, ou seja, que levaram uma gigantesca massa de trabalhadores rurais a saírem do campo em busca de melhores oportunidades de emprego.

Em 1970, pela primeira vez, a população urbana superou a rural e não parou de crescer. Porém esse processo não ocorreu igualmente em todo país, concentrou-se sobre tudo na região sudeste, de onde mais tarde espalhou-se para outras regiões. Sendo o processo de urbanização consequência da distribuição das atividades econômicas nos territórios (SCHASBERG, 2003).

Como salienta Ribeiro, (2000, p.39), quando diz que:

Além do Estado de São Paulo, o processo de industrialização ocorreu em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Além desses estados, temos como pólos industriais importantes o Rio Grande do Sul, o Paraná, a Bahia, o Ceará e Santa Catarina.

Porém foi necessário, mais um século para que a urbanização atingisse sua maturidade, no século XIX, e ainda mais um período para adquirir as características com as quais a conhecemos hoje. Nas últimas décadas, profundas transformações vêm acontecendo no processo de produção das cidades brasileiras, devido à introdução de complexos e modernos sistemas de produção, ampliação da infraestrutura e dos meios de comunicação. Portanto, é importante perceber que isso configurou o amadurecimento das relações capitalistas no Brasil.

Sendo assim é fundamental avaliar a urbanização sob o domínio do capitalismo, pois tem sido cada vez mais difícil, à apropriação do espaço urbano, pelas classes de baixo poder aquisitivo, o que reforça a negação do direito a cidade, demonstrando assim a sua essência capitalista. Portanto é inevitável questionar a ideologia do progresso no processo de produção das cidades brasileiras.

De acordo com Villaça (2003) a urbanização brasileira vem sendo analisada de um ponto de vista estatístico-demográfico e econômico, assim os problemas como pobreza, criminalidade, poluição, falta de moradia entre outros, que antes eram considerados exclusivos de grandes cidades, hoje se apresentam também nas cidades de pequeno e médio porte. A produção do espaço urbano é um processo que se realiza com repetições e ao mesmo tempo em diferentes escalas, sendo assim cada região se apresenta com características próprias.

2.2 A urbanização no Nordeste brasileiro

As transformações demográficas que vêm se processando nas diversas regiões do Brasil nas últimas décadas, tem ocorrido mais lentamente na região nordeste quando comparada com o do restante do Brasil. Cabe lembrar as raízes históricas que deram origem à região. A ocupação dos seus espaços produtivos foi comandada por núcleos urbanos sem qualquer vinculação entre si, servindo como ponto de escoamento para o exterior e como entrada de importações. A rede urbana surgiu, assim, em decorrência desse mercado externo e foi se definindo com a formação das primeiras Vilas-Portos. (ALBUQUERQUE, 1999).

Vale lembrar também que ampliação do trabalho assalariado ocorreu tardiamente nessa região em relação às demais regiões do país, o que teria se tornado um elemento inibidor à modernização de um sistema produtivo e uma conseqüente consolidação de um mercado regional de bens industriais. No entanto,

a partir da década de 1970, com a implantação dos polos industriais, o espaço nordestino passou a estabelecer novas articulações com os processos e com a dinâmica do país. A introdução de modernos sistemas de produção instalada na região proporcionou um impulso ao processo de urbanização (ANDRADE, 1979).

As estatísticas oficiais demonstram que nas últimas quatro décadas, o crescimento urbano vem se intensificando também devido à expansão das empresas comerciais e prestadoras de serviços, esse processo foi possível devido a maior capacidade de consumo da região. O Nordeste atualmente concentra o maior contingente populacional do país, com aproximadamente 53.081.950 milhões de habitantes dos quais 38.821.246 milhões vivem na área urbana. Houve também um crescente número de cidades com mais de 20 mil habitantes, segundo o IBGE.

Ainda que o processo de urbanização tenha se consolidado em toda região nordeste, Recife, Salvador e Fortaleza ganham especial destaque por serem os principais pólos centralizados de bens, serviços e da população da região. No entanto é importante mencionar a participação do Estado da Paraíba no processo de urbanização do nordeste, pois nas últimas décadas houve transformações radicais na estrutura e no formato da rede urbana do estado, com seus 223 municípios o mesmo vem apresentando expressivos aumentos na sua população urbana.

O censo demográfico 2010 do (IBGE) contabilizou na Paraíba 3.766.528 habitantes, dos quais apenas 927.832 tem residência na zona rural, ou seja, aproximadamente 75% da população vivem em área urbana enquanto apenas 25% vivem na zona rural, a Paraíba segue assim a tendência nacional de urbanização.

Em sua capital João Pessoa, localizada na mesorregião da Mata Paraibana, vem se consolidando um processo de urbanização de rapidez e intensidade significativas, no entanto, os processos de crescimento econômico e de desenvolvimento social dessa cidade têm sido profundamente heterogêneos e descontínuo entre as áreas que a atingem. Conforme o censo demográfico (IBGE, 2010) João Pessoa possui uma população de 723.515 habitantes distribuídos em uma área de 211 km, dos quais 91.351 pessoas residem em domicílios ocupados em aglomerados subnormais isso representa um número significativo de pessoas vivendo em condições sub-humanas.

O crescimento urbano de João Pessoa se deu com a expansão de novos bairros, com incentivo do governo para o desenvolvimento do sistema rodoviário,

João Pessoa cresceu em direção a orla, através da Avenida Epitácio Pessoa que passa a ser habitada pela alta classe paraibana. Foi o início do crescimento da zona norte da cidade (VASCONCELOS FILHO, 2003).

Devido aos estudos feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNH) na década de sessenta, que evidenciou a necessidade da população em termos de moradia, o governo, iniciou um projeto habitacional de construção de casas para a população de baixa renda. O investimento gerou a compra da área, que tinha um baixo valor de uso do solo, foram construídos vários conjuntos habitacionais homenageando seus generais presidentes, Castelo Branco, Ernesto Geisel com isso a população de menor poder aquisitivo passou a habitar a zona sul de João Pessoa.

Na medida em que João Pessoa passa por um intenso processo de urbanização, a cidade se dividiu em dois tipos básicos de zona urbana, uma formada pelos bairros antigos e populares com moradores de renda baixa e outro por bairros novos construídos com infraestrutura e população de maior poder aquisitivo, levando a cidade a uma condição de crescente fragmentação do tecido urbano.

De acordo com Villaça (2003) a segregação é um processo no qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole. Quanto maiores às diferenças de renda entre grupos e classes sociais, maiores as desigualdades das condições de moradia e de acesso a serviços públicos.

Os problemas relacionados á questão da segregação sócio-espacial são os mesmos em qualquer cidade do país, guardando-se apenas as devidas proporções. Entre tanto a situação atual da cidade de João Pessoa revela a ineficiência das políticas públicas voltadas para este setor. Hoje as construções se sucedem sem o controle do poder público, o que favorece a expansão urbana desordenada mediante a implantação de loteamentos em diferentes sentidos da cidade.

O crescimento urbano-demográfico das cidades brasileiras aumentou o problema do acesso à habitação. Surge a parti daí o déficit habitacional, que é parte integrante do injusto modelo econômico e da crescente desigualdade social que atinge a maior parte da população do país, João Pessoa, em certa medida, sofre também essas transformações que ocorrem em todo território nacional.

2.3 A crise habitacional brasileira

A ocupação do solo urbano se torna cada vez mais seletivo, a dificuldade na aquisição da casa própria leva a classe trabalhadora a resolver seu problema de moradia comprando lote de terras em áreas periféricas e geralmente em loteamentos irregulares ou até mesmo clandestinos.

Segundo Santos (2008, p.11):

O próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez; estimula assim, a especulação e formenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação empurra a maioria da população para as periferias.

A moradia não representa apenas um abrigo, mas também é o local onde se dorme, faz - se as refeições, etc. Portanto morar é uma necessidade básica do ser humano, de alguma forma o indivíduo mora em qualquer lugar, pois não é possível viver sem ocupar espaço (ALVES, 2007).

Mesmo sendo a moradia de extrema importância para o indivíduo, nem todos tem a mesma facilidade de acesso a ela, devido ao próprio sistema capitalista, que aumenta as diferenças sociais e cria enormes dificuldades de se obter bens de consumo (CORRÊA, 1995).

Neste contexto a autora Rodrigues (1989, p.19) enfatiza:

No conjunto das cidades, a maior parte das edificações - cerca de 70% - corresponde às unidades habitacionais. A produção destas unidades pode ter sido realizada no circuito imobiliário urbano, que representa a produção tipicamente capitalista.

Diante disso, as populações de baixo poder aquisitivo são expulsas das áreas mais valorizadas e condenadas a habitarem conjuntos habitacionais ou loteamentos longínquos e de precária estrutura ou obrigadas a residirem em áreas de riscos onde passam a conviver diariamente com a morte e o descaso. Assim como em todo o Brasil, a proliferação das favelas em João Pessoa foi também fruto da crise econômica na qual mergulhou o país a partir do final da década de 1970, com a recessão econômica, a situação de desemprego e miséria crescentes produziu um grande numero de famílias carentes que passaram a residir nesses espaços.

Essa situação de segregação espacial produziu e produz sérios conflitos sociais na cidade de João Pessoa, percebemos como o desenvolvimento do capitalismo, associado á inexistência de um planejamento urbano eficiente, reforçam a deficiente infraestrutura e oferta de serviços públicos urbanos. Assim, diante de tudo que foi exposto até aqui, sentimos também a necessidade de compreender o fenômeno da proliferação dos loteamentos nas cidades brasileiras, sobre tudo João Pessoa, não como um conhecimento á parte do processo de urbanização, ou da totalidade, mas sim como particularidades e singularidades.

Considera-se loteamentos a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes. Esse fenômeno é regido pela lei nº 6.766/79, lei de parcelamento do solo urbano. Pode se dizer que o loteamento visa integrar sua área á estrutura urbana existente, desenvolvendo um prolongamento da cidade e criando um novo bairro. Dessa forma, a característica mais marcante do loteamento, é a criação de novas ruas e avenidas.

A proliferação de loteamentos representa uma consequência das transformações econômicas e urbanas recentes que permitem uma reconfiguração da divisão territorial do espaço urbano, estaria ligada a uma série de interesses, dentre os quais se destaca o das empresas do setor imobiliário. Dessa forma, é a ação convergente de diversos agentes que permite que a produção social do espaço urbano seja realizada segundo interesses privados.

Os loteamentos tem ganhado um papel de destaque na produção do espaço urbano, devido a isso é necessário o desenvolvimento e execução de projetos que visem a sua criação, são executados obras em parceria com o poder público, de forma a proporcionar ao empreendimento o acesso aos serviços públicos, como fornecimento de água, energia elétrica, saneamento básico, integração ao sistema viário urbano, entre outros. Porém muitas vezes isso não ocorre e alguns loteamentos são entregues totalmente desprovidos e destituídos destes serviços.

2.4 A periferia como fruto da proliferação de loteamentos

A residência representa um investimento muito alto, diante disso a população de baixa renda procura alternativas para obter a casa própria, e os promotores imobiliários encontram nessa situação formas de lucrar, através da criação de novas

áreas no tecido urbano, surgem assim os loteamentos, motivado não exclusivamente pela necessidade de moradia da população, mas principalmente devido a uma estratégia de acumulação do capital.

O processo de produção do loteamento Cidade Verde, reflete fielmente a questão dos loteamentos populares distribuídos em João Pessoa, no entanto o referido loteamento possui algumas particularidades que o diferencia dos demais, sua expansão urbana vem ocorrendo de forma muito rápida, os principais fatores que tem contribuído com esse crescimento são: o baixo preço dos lotes e a sua proximidade com o distrito industrial da capital paraibana.

Embora o loteamento não possua infraestrutura adequada, os promotores imobiliários façam mão de ações estratégicas para conseguir atrair a classe trabalhadora oprimida, tirando proveito dos baixos salários dos operários, da ineficiência dos transportes coletivos e conseqüentemente da necessidade da população em morar próximo ao local de trabalho, os promotores imobiliários conseguem atrair os trabalhadores a residirem no local, e à medida que o loteamento se expande mais intenso se torna a comercialização dos novos lotes aumentando assim seus lucros.

Essa configuração gera disputas, e interesses contraditórios, de um lado encontram-se os promotores imobiliários com o objetivo de maximizar os lucros nas diferentes etapas da produção imobiliária, seja na aquisição do terreno, na construção ou na venda do imóvel. Do outro lado a população de modesta remuneração, que vê nos loteamentos longínquos, de pequenos lotes e parcelas prolongadas e baixas, a única forma de conquista a casa própria, sendo assim coagidas a viver em um ambiente muitas vezes totalmente carente de infraestrutura.

O acesso à moradia além de ser uma necessidade, é também direito do cidadão, no entanto, a aquisição de uma moradia para a classe de menor poder aquisitivo esta relacionada a uma série de dificuldades, entre as quais podemos destacar a falta de emprego, má distribuição de renda, políticas habitacionais excludentes, e que segregam. Tendo em vista que os promotores imobiliários e os proprietários fundiários são os reais grupos de poder, definidores de onde e como investir, seja em infraestrutura e serviços públicos, e contam com o total apoio do Estado que cria condições legais para a especulação imobiliária.

Essa conjuntura possibilita a expansão urbana, mas a um custo social elevadíssimo. O sistema que gera a ideologia do desenvolvimento é o mesmo que procura de todas as formas explorar a classe trabalhadora, com a intenção de maximizar seus lucros, sem levar em consideração as reais condições de moradia da população e conseqüentemente impulsiona a periferização das cidades brasileiras. A cidade faz parte do espaço socialmente produzida, no entanto esse espaço não está acessível a toda população, Já que os investimentos públicos em infraestrutura e serviços estão presentes nas áreas, mas centrais da cidade, permanecendo a periferia desprovida desse direito.

De uma forma geral os moradores de periferia são na maioria das vezes, trabalhadores que vedem sua força de trabalho, atendidos por um transporte deficitário lotado e caro, que sobrevivem em condições degradantes nos centros urbanos, frequentemente presente nestes espaços, elevado índice de analfabetismo e violência, fatos que levam a descrença de suas próprias vidas.

No entanto a área periférica das cidades brasileiras também é ocupada pela alta classe social, através de mansões e condomínios fechados, que possuem uma excelente infraestrutura, e obviamente são ambientes planejados que reproduz toda a qualidade de vida do ambiente urbano com a garantia de segurança e a homogeneidade social nesses recortes espaciais.

Segundo Alves (2007) as áreas residenciais de alto padrão não são entendidas como periféricas, mesmo estando localizadas na periferia. Devido o fato de que no Brasil o termo periferia possui uma conotação pejorativa, sendo sempre acompanhado pelo preconceito e pela discriminação. O termo periferia deixou de ser um termo geográfico apenas e tornou-se também uma questão social, ou seja, existe a periferia geográfica e a periferia social.

De acordo com o autor supracitado a ocupação urbana na periferia para uso residencial é composta de “Urbanização de Status” e “Urbanização Popular”. Esses processos indicam a presença marcante da segregação sócio-espacial no Brasil, que decorre de uma sociedade caracterizada pela enorme desigualdade econômica.

Segundo Gomes (2010) a cidade fragmentada nos impede de conviver dentro de uma sociedade variada e multifacetada, confundindo sociedade com homogeneidade, onde os limites de respeito às regras e a possibilidade de coabitação e convivência social estão diretamente ligados aos níveis de renda.

Sobre essa questão, Santos (2008), acentua que:

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias, pessoas mais pobres (SANTOS, 2008, p.10).

A segregação sócio-espacial é o reflexo da injusta distribuição de riqueza entre a população brasileira, como também do modelo capitalista, do qual o nosso país faz parte e do Estado que igualmente segrega mediante ações direcionadas nas cidades. Diante disso faz-se necessário discutir e analisar o papel dos produtores do espaço urbano para compreender melhor o processo de produção das cidades brasileiras, especialmente João Pessoa.

2.5 Os produtores do espaço urbano

Os proprietários do meio de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos são agentes fundamentais na produção do espaço urbano, estando suas ações ligadas diretamente à valorização diferencial das áreas urbanas. Nesse sentido é de fundamental importância avaliar as estratégias e as ações que cada um desses agentes desempenha no processo de produção das cidades brasileiras.

Segundo Corrêa (1995) os proprietários industriais e as grandes empresas comerciais são grandes consumidores de espaço, devido à expansão de suas atividades necessitam de terrenos amplos e baratos, como também de uma boa localização. Além disso, desde 1971, as cidades brasileiras com mais de 20.000 habitantes são obrigadas a criar uma lei de zoneamento para organizar o uso do solo, essa lei não permite a instalação de fábricas no meio das cidades, tudo isso leva os proprietários industriais a buscarem as áreas periféricas para se instalarem.

Assim como em outras cidades brasileiras, em João Pessoa, a atuação dos proprietários industriais levou a implantação de uma extensa área industrial em 1960, localizada próxima a BR-101 sul que facilita o escoamento entre o porto de Cabedelo e os mercados de João Pessoa, Recife e Campina Grande, além disso, o Distrito Industrial foi implantado próximo a alguns bairros periféricos que deste da

sua implantação estão em constante expansão, com exceção do bairro de Mumbaba que até recentemente tinha todo o seu território considerado zona rural.

No entanto, a criação do loteamento Cidade Verde localizado no referido bairro gerou um aumento significativo de sua população, devido a isso parte do seu território passou a ser considerada zona urbana. A proximidade do loteamento com o distrito Industrial tem garantido um crescimento acelerado da população e conseqüentemente mão de obra barata ao setor industrial. Desse modo, a ação dos proprietários industriais modela a cidade, produzindo seu próprio espaço e intervindo na localização de outros usos da terra.

Para o autor, outro agente que modela a cidade são os proprietários fundiários, que buscam obterem o maior valor de suas terras, através do uso comercial ou residencial de “status”, pois esses meios de uso da terra são considerados os mais remunerados, no entanto, apesar da importância desses agentes na produção das cidades, atualmente os promotores imobiliários tem ganhado um papel de maior destaque em relação a alguns outros agentes, no processo de produção das cidades brasileiras devido à diversidade de empresas que atuam neste setor, exercendo funções diversas, como salienta Corrêa, (1995, p.12) quando diz que:

Por promotores imobiliários entendem-se como um conjunto de agentes que realizam parcialmente ou totalmente, as seguintes operações: incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel, e comercialização do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucro.

Na busca da lucratividade os promotores imobiliários lançam mão de diversas estratégias entre elas à construção de habitações com novidades, conseguindo portando, um preço de venda cada vez maior, o que favorece a exclusão das pessoas de baixa renda. No entanto é possível produzir residências para as camadas populares, porém os promotores imobiliários empregam outra estratégia para a produção dessas moradas, a péssima localização, o tamanho reduzido das unidades, a ausência de infraestrutura e serviços públicos, dentre outros, são exemplos de estratégias para tornar a produção dessas habitações lucrativa.

A partir dessas ações, a segregação espacial é reforçada, fica claro que os promotores imobiliários conta com a ajuda do Estado para torna possível esse

processo, já que o mesmo possui diversos instrumentos que pode aplicar em relação ao espaço urbano, como por exemplo, direito de desapropriação de terras, regulamentação do uso do solo, organização do mecanismo de créditos e habitação, investimentos públicos na produção do espaço, através da implantação de infraestrutura, entre outros instrumentos. No entanto, no sentido de garantir ao cidadão condições satisfatória de habitação e de serviços públicos, as políticas públicas em sua maioria, são excludentes e equivocadas.

Diante disso os grupos sociais excluídos são os que, mais sofrem com as consequências de uma política pública voltada para atender o interesse da classe dominante. Sem condições financeiras de adquirir uma residência com padrões que garantam uma boa qualidade de vida, a população de baixa renda passa a habitar em locais totalmente desprovidos de infraestrutura. Isso demonstra que o processo de produção das cidades refletem as ações da política habitacional e as alternativas de moradia, por parte da população de baixo poder aquisitivo.

Sabe-se que as políticas públicas até então adotadas não conseguiram minimizar os problemas relacionados à questão da produção do espaço urbano, o cenário urbano torna-se cada dia mais caótico, seja pela ausência de políticas públicas eficazes neste setor ou pela falta de cumprimento das leis já existentes. Tratando do estudo de caso, a avaliação do loteamento Cidade Verde permite analisar a questão da necessidade de infraestrutura e serviços públicos essenciais neste tipo de empreendimento, como forma de tornar o local minimamente habitável.

3 Procedimentos metodológicos

Para materializar o objetivo do presente estudo foi utilizado o método Dialético Marxista, trabalhando-se com duas fontes de dados, o levantamento bibliográfico, onde se procederam a leitura e o fichamento do material selecionado. E a pesquisa em campo, nesta etapa, realizamos visitas em órgãos públicos como: IBGE, Prefeitura Municipal de João Pessoa, Secretaria de planejamento urbano de João Pessoa, além de entrevistas com os residentes do loteamento em questão. Foram colhidos depoimentos de moradores no intuito de compreendermos o modo de vida, como pensam e reage às dificuldades encontradas por eles no cotidiano. Nos questionamentos foram abordados temas que nos esclareceram os motivos que

levaram a ocupar o local pesquisado, o tempo de moradia, e a infraestrutura do ambiente. Foram aplicados 100 questionários à população local, como amostra da área de estudo.

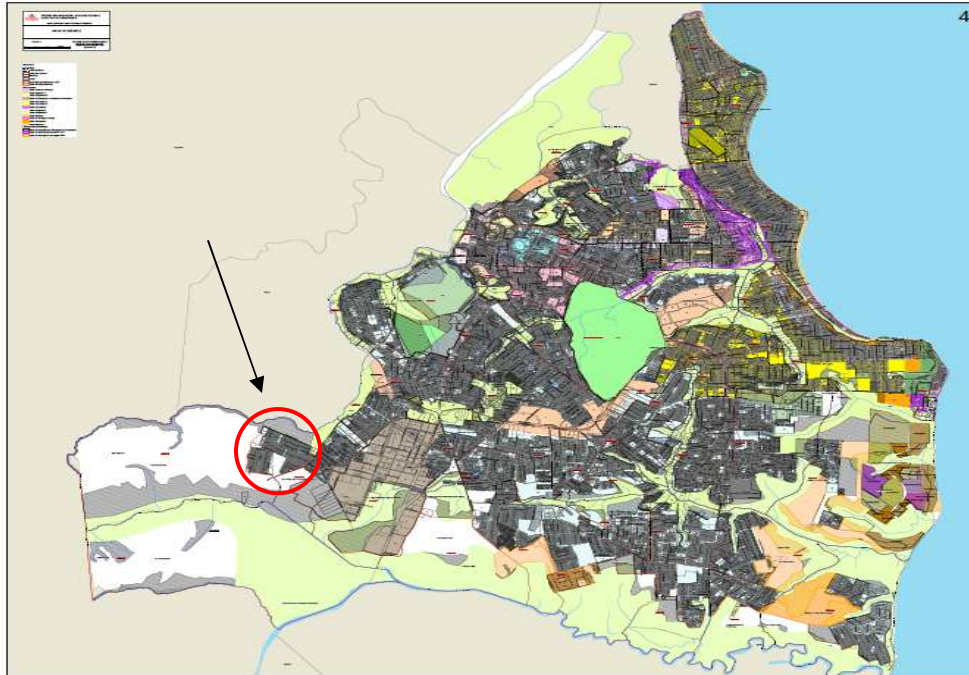
Além disso, para melhor compreensão dos dados obtidos utilizamos além dos questionários formais e informais, máquina fotográfica para um registro comprobatório do que foi colocado neste presente trabalho. Por fim fez-se a reunião e tabulação dos dados, com o cruzamento das informações obtidas no levantamento bibliográfico, e partiu-se para as reflexões acerca do tema abordado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo recente, dinâmico e acelerado de ocupação urbana do loteamento Cidade Verde, aparece como informações de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa. Sendo assim, fazer considerações a respeito de tais dados é necessário, pois possibilita conhecer a área levando em consideração suas características.

4.1 Caracterização do Loteamento Cidade Verde

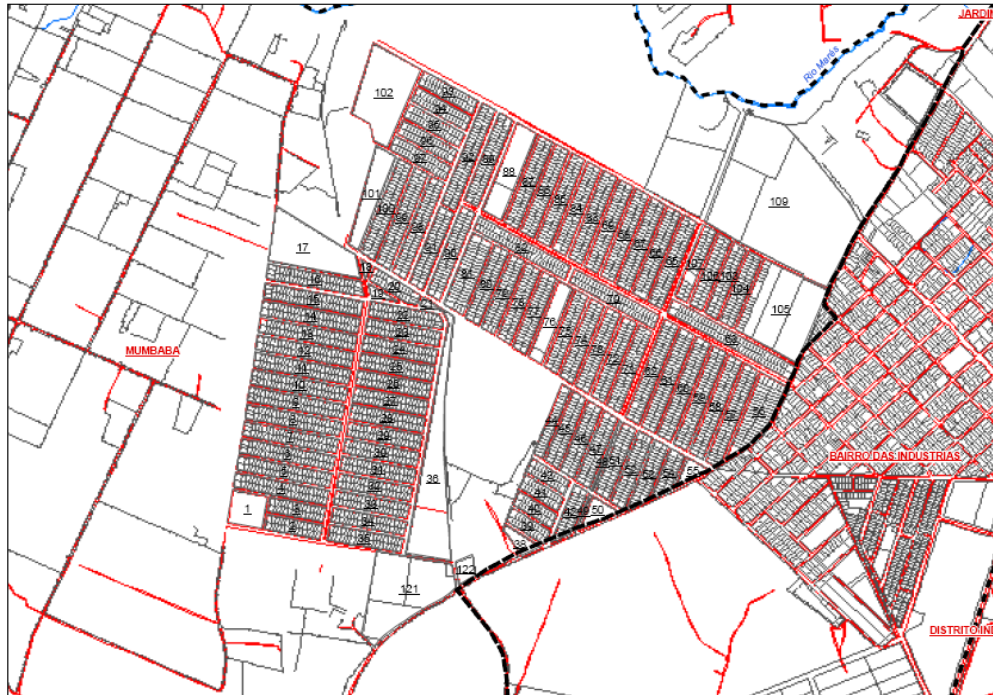
O loteamento Cidade Verde, localiza-se no bairro de Mumbaba, extremo Sul de João Pessoa/PB, a 20 km distante do centro da cidade. O mesmo teve seus primeiros lotes vendidos no ano de 1999, no entanto somente no ano 2000 que sua situação foi regularizada perante a prefeitura e a área até então considerada rural, passou a fazer parte da zona urbana da cidade de João Pessoa. Desde então o loteamento vem apresentado uma contínua expansão urbana. O processo de implantação e desenvolvimento do loteamento Cidade Verde evidencia a lógica da especulação imobiliária que determina a localização dos loteamentos e a extensão dos limites da área urbana, aliando novas áreas. Conforme podemos observar na localização do loteamento Cidade Verde em destaque no mapa 1 abaixo.



Mapa 1: Mapa de zoneamento da cidade de João Pessoa/PB
Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2012 (adaptado).

De acordo com os depoimentos dos primeiros moradores do loteamento quanto à entrega dos lotes iniciais não satisfaziam as necessidades imediatas dos habitantes, pois o local não possuía infraestrutura, sendo caracterizado apenas pela presença das residências, a pesar disso era a única alternativa para boa parte da população residente. No entanto, mediante a pressão popular o Estado representado pela prefeitura Municipal de João Pessoa acabou disponibilizando ao longo dos anos alguns serviços básicos.

O loteamento em sua primeira etapa era composto por 549 residências, devido ao bom desempenho nas vendas a imobiliária Planterra responsável pela comercialização dos lotes expandiu o loteamento para a segunda etapa, gerando um acréscimo de mais 112 casas. Diante da facilidade de encontrar clientela e, conseqüentemente, lucrar com a situação, outra empresa decidiu investir na ampliação do loteamento, a imobiliária Nova Moradia se responsabilizou pelas vendas da terceira e quarta etapas onde foram construídas 669 e 312 residenciais respectivamente, esse processo de expansão aumentou o número de habitações, para o atual quadro de 1.642 residenciais. O mapa 2 mostra a expansão urbana do loteamento estudado e sua proximidade com o Distrito Industrial.



Mapa 2: Mapa de zoneamento do loteamento Cidade Verde
 Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2012 (adaptado).

Os lotes apresentam preços relativamente baixos, se comparadas a outras áreas da cidade, todos possuem um terreno de 200m², no entanto o seu valor varia de acordo com a sua localização, em média um lote custa cerca de 20 mil reais, os mais próximos à Avenida Cajazeiras, via principal do loteamento, geralmente são os mais caros, suas parcelas financiadas em até 70 meses e sua proximidade com o Distrito Industrial são os principais fatores que tem contribuído com o crescimento do loteamento. Conforme o censo demográfico (IBGE, 2010) seu contingente populacional é de 6.191 pessoas, a maioria dos moradores ocupados em atividades industriais de modesta remuneração, que exige pouca qualificação profissional.

Segundo Martins (2007) no sistema capitalista a residência é comercializada como mercadoria, na qual estão inseridos o preço do lote, e as características do local, como infraestrutura e serviços públicos. Segundo o autor supracitado por força da lei de 1997 sobre os loteamentos, o responsável em disponibilizar a infraestrutura necessária ao espaço urbano é o Estado, sendo este direito adquirido da população. A tabela abaixo mostra as temporalidades na oferta de infraestrutura e serviços público disponível no loteamento Cidade Verde.

Tabela: Infraestrutura e serviços públicos disponibilizados no loteamento Cidade Verde, João Pessoa/PB

Serviços públicos	Data da implantação
Rede de água tratada	2000
Rede elétrica	2000
Coleta de lixo	2000
Unidade básica de saúde	2009
Escola de ensino fundamental	2007
Transporte urbano	2000
Estrutura de segurança pública	2007

Fonte: A autora (2012).

Na tabela acima podemos constatar que alguns serviços de infraestrutura pública não foram oferecidos à população a partir do momento da implantação do loteamento, o Estado com o argumento do tempo necessário para a disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos demorou alguns anos para ofertar aos moradores da localidade determinados serviços essenciais, como escola, unidade de saúde entre outros. Vale resaltar também que alguns dos serviços foram instalados depois de uma grande pressão popular, que levou os moradores a procurar a ajuda da mídia local para mostrar o total abandono da população do loteamento, por parte das autoridades competentes.

Contudo em levantamento de campo podemos perceber que a infraestrutura e os serviços públicos oferecidos não são capazes de satisfazer as necessidades da população, prova disso é a unidade de saúde do local, que tem seu atendimento feito em uma residência alugada pela prefeitura, sendo sua instalação totalmente inadequada para atender a demanda de mais de 6.000 habitantes. Outro problema a salientar é a presença de esgoto doméstico correndo a céu aberto pelas ruas do local, prova contundente de que a infraestrutura do lugar é problemática. Essas dificuldades enfrentadas pelos moradores podem ser facilmente observadas, mediante as (figuras1 e 2).



Figura: 1 Unidade de saúde do loteamento Cidade Verde, João Pessoa/PB.
Fonte: A autora, 2012.



Figura: 2 Esgoto doméstico correndo a céu aberto, na Rua Cidade de Mari, loteamento Cidade Verde.
Fonte: A autora, 2012.

Devido a essas dificuldades são constantes as reclamações da população. Vejamos um dos depoimentos coletados durante a execução da pesquisa:

As crianças ficam doentes por causa da lama e do lixo, e o posto de saúde nem dá pra atender todo mundo, isso acontece por que somos pobres, entra governo sai governo e a gente continua sendo prejudicado (Maria das Graças Pereira, 42 anos, moradora do loteamento Cidade Verde)¹.

À ausência de infraestrutura básica gera diversos problemas cotidianos. O loteamento não possui instalação da rede de coleta de esgoto o que causa uma série de impactos ambientais em decorrência da utilização concentrada de fossas rudimentares, tais como contaminação do solo, de acordo com o censo demográfico (IBGE 2010) dos 1.642 domicílios da localidade, 1.037 utiliza a fossa rudimentar como destino final do esgoto.

Quanto à distribuição de água tratada podemos observar que este serviço foi disponibilizado no mesmo ano da implantação do loteamento, no entanto em entrevistas realizadas com moradores identificamos algumas reclamações, dentre elas a constante falta de água tratada principalmente durante o dia, o que atrapalha

a vida de um modo geral. Em relação à rede de energia elétrica também foi disponível no mesmo ano de implantação, e apesar de instalada, averiguamos que a iluminação pública é relativamente precária, não sendo igualmente ofertada de modo satisfatório em todas as ruas do loteamento.

Quanto ao serviço de coleta de lixo, os moradores afirmam que vem sendo atendidos de maneira regular, por meio de um veículo de coleta que passa três vezes por semana. No entanto ainda é prática comum de alguns moradores jogarem o lixo nos terrenos baldios próximos às residências. Como comprova a figura 3.



Figura: 3 Vista parcial de um terreno baldio no loteamento Cidade Verde, João Pessoa/PB

Fonte: A autora, 2012

A imagem da figura 3 revela a necessidade de políticas públicas preventivas de educação ambiental voltada para os moradores, através da escola e até mesmo da unidade de saúde da localidade, pois sabemos que o acúmulo de lixo gera a proliferação de doenças afetando diretamente a saúde da população, agravando ainda mais o quadro geral.

Além disso, podemos perceber por meio das visitas *in loco* que a única rua asfaltada é a avenida cajazeiras figura 4, via principal do loteamento, por onde trafegam os ônibus, a ausência do asfaltamento nas demais ruas do loteamento

figura 5 causa uma série de dificuldades, em época de chuva, segundo os moradores os carros ficam encalhados e algumas ruas chegam a ficarem intransitáveis e no verão a população sofre com a poeira que causa problemas de saúde principalmente nas crianças.



Figura: 4 Vista parcial da avenida Cajazeiras, loteamento Cidade Verde. Fonte: A autora, 2012.

Figura: 5 Vista parcial da rua Cidade de Areia, loteamento Cidade Verde. Fonte: A autora, 2012

A respeito da oferta de transporte público o loteamento é servido por duas empresas diferentes, essas linhas trafegam apenas pela Avenida Cajazeiras via principal, durante 24 horas, atendendo uma população generosamente grande do loteamento e suas áreas circunvizinhas o que gera superlotação, devido a isso são constantes as reclamações por parte dos habitantes. O local conta ainda com uma unidade de policiamento, no entanto segundo os moradores o loteamento vem sofrendo com o aumento dos índices de violência devido ao ineficiente policiamento, é importante salientar, que no momento de nossas visitas a unidade de policiamento se encontrava fechada.

Diante de tudo o que foi exposto até aqui, notamos que são mínimas e precárias as condições de infraestrutura e dos serviços públicos oferecidos no loteamento Cidade Verde, o que diretamente afeta a qualidade de vida dos moradores, essas dificuldades enfrentadas pelos residentes são consequência do

caráter segregador das políticas públicas direcionadas ao setor urbano, que privilegiam determinadas áreas em detrimento de outras. Porém, apesar do loteamento apresentar vários problemas relacionados à infraestrutura, é evidente que o mesmo vem passando por um intenso processo de urbanização, pois a cada ano mais pessoas são atraídas a residirem no local, isso resulta nitidamente na expansão do espaço urbano.

Essa situação demonstra que a criação do loteamento estudado foi essencial para o fortalecimento do processo de crescimento da área urbana de João Pessoa e na inclusão de áreas rurais à cidade, ao analisar a urbanização do loteamento constatamos que o processo vem tomando maiores proporções ocasionando visivelmente a expansão da zona sul da capital. Este acontecimento pode ser justificado pelas constantes ações dos promotores imobiliários os quais financiam os terrenos em várias parcelas, atraindo as classes sociais menos favorecidas dando assim continuidade ao processo de ocupação urbana fragmentada e fortalecendo cada vez mais segregação sócio- espacial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem mais ampla que foi realizada a partir desse trabalho nos possibilitou compreender o processo recente, dinâmico e extremamente acelerado de ocupação urbana do loteamento Cidade Verde, evidenciando as condições de infraestrutura e serviços públicos oferecidos no local.

Nesse aspecto observamos que o Estado e os promotores imobiliários, definem as prioridades de investimentos na cidade segundo seus próprios interesses, gerando segregação socioespacial e, conseqüentemente uma serie de problemas sociais que fazem parte da realidade dos moradores das áreas periféricas. Sendo assim, devemos entender que as transformações e os problemas ocorridos no espaço estudado, não devem ser considerados como uma enumeração ou descrição de fatos, mas como um processo de construção social.

Mediante os estudos realizados, notamos que a ausência de infraestrutura e serviços públicos é uma potencial ameaça à qualidade de vida da população, preservação da saúde e proteção do meio ambiente. Diante disso, cada uma das necessidades da população residente no meio urbano necessita ser previamente

planejada e administrada de modo eficaz. É preciso eliminar a ideia de que a falta de infraestrutura e serviços públicos é algo inseparável da dinâmica da urbanização, muito pelo contrário, a ausência de serviços essenciais gera enormes impactos sociais, econômicos e ambientais.

Nesse sentido, é necessário levar a sério a questão da implantação de novos loteamentos, essa ação não deve ser tratada somente como uma simples produção de unidades residenciais, mas, sim de uma série de aspectos que dão condições e tornem a nova moradia habitável para que não tenhamos situações como as demonstradas durante o presente trabalho. É necessário que haja uma urbanização planejada de forma justa, para que todos os cidadãos possam usufruir de seus serviços e viver com dignidade.

6 REFERÊNCIAS

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de (1999). A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez.

ANDRADE, Manuel Correia de (1979). O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste. Recife: SUDENE.

ALVES, Eduardo Miguel. Aglomerados subnormais: dinâmica de ocupação do solo urbano da cidade de Sapé - PB. Guarabira - PB, 2007.

CORRÊA, Lobato Roberto. O espaço urbano. 3º Ed. Ática, 1995. São Paulo. _____ . A Rede Urbana. São Paulo: Ática, 1993.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. 3º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010.

MARTINS, Vitor Hugo Teixeira. Habitação, Infraestrutura e Serviços públicos: Conjuntos Habitacionais e suas temporalidades em Londrina-PR.. Londrina/PR, 2007 (Dissertação).

PMJP, Prefeitura Municipal de João Pessoa.

RIBEIRO, Wagner Costa. 500 anos de Brasil. Histórias e Reflexões. Scipione, 2000. São Paulo.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia nas Cidades Brasileiras 2º Ed. Editora Contexto, 1989. São Paulo.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira 5º Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. Manual de Geografia Urbana. Ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

SCHVASBERG, Benny. Tendências e problemas da urbanização contemporânea no Brasil. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. Urbanização Brasileira: Redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. 2º Ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Contexto, 1977.

SOARES, Fábio Lopes; Oliveira, Wanessa Pereira de; Silva, Viviane Rangel Gomes; Clemente, Juliana Carvalho; Araújo Neto, Jose Antônio de. Mapeamento de Risco e Educação Ambiental na Comunidade Tito Silva. IN_. Anais 4º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Dourados- MS, 2009.

SPÓSITO, Eliseo Savério. A Vida nas Cidades. São Paulo: contexto, 1994.

VASCONCELOS FILHO, João Manuel de. A Produção e Reprodução do Espaço Urbano no Litoral Norte de João Pessoa/PB. (Dissertação). João Pessoa/PB, 2003.

VILLAÇA, Flávio. A recente Urbanização Brasileira. IN: Castriota, Leonardo Barci. Urbanização Brasileira Redescobertas. Belo Horizonte: 2003.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA
DISCENTE: ROSILENE DOS SANTOS

Questionário/Entrevistas
Diagnóstico do loteamento

Nome do morador: _____

Nº de membros familiares: _____ Profissão: _____

1. Há quanto tempo vive neste loteamento e o que lhe motivou a morar nele?

2. Quais os serviços públicos oferecidos no loteamento?

3. Quais os serviços públicos que não são disponibilizados para os moradores do loteamento ?

4. Costuma faltar energia e água com frequência?

6. Quanto custou o lote e qual é área do terreno?

7. Qual a participação efetiva das instituições governamentais no loteamento e o que tem sido feito para resolver os problemas urbanos existentes no local?

8. As condições oferecidas no loteamento têm atendido as necessidades de sua família?

9. Você está satisfeito com a vida no loteamento? Você acha que precisa melhorar alguma coisa?
